

## Escolas multisseriadas: (re) construção das práticas pedagógicas dos professores de Caçapava do Sul - RS

### Resumo

Este trabalho é uma produção do curso de pós-graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa Campus Jaguarão – RS. A pesquisa ação discute as práticas pedagógicas dos professores que atuam nas escolas multisseriadas de Caçapava do Sul, com o objetivo de contribuir no processo de construção do Projeto Político Pedagógico destas escolas. Para isso, busco compreender o trabalho pedagógico dos professores nas escolas municipais multisseriadas de Caçapava do Sul e como está relacionado com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas do Campo. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. Os professores que atuam nas escolas do campo são os sujeitos da pesquisa e participam desta, através da aplicação de uma entrevista semiestruturada, como sujeitos de observações e protagonistas do/no processo de construção do Projeto Político Pedagógico das suas escolas. Então, é necessário discutir as práticas pedagógicas das escolas multisseriadas do campo no município de Caçapava do Sul-RS, observando os aspectos quantitativos e qualitativos da prática pedagógica dos professores das escolas do campo. Através do diagnóstico será possível detectar os problemas e elaborar o projeto de intervenção.

**Palavras-chave:** Escolas multisseriadas - Práticas pedagógicas - Projeto Político Pedagógico.

**Silvana Maria Gritti**

Universidade Federal do Pampa  
silvanagritti@gmail.com

**Luciane Bidinoto Silva**

Escola Estadual de Ensino  
Fundamental João Goulart  
lbidinoto@hotmail.com

**Mariângela Lindner Fighera**

Secretaria de Educação de  
Caçapava do Sul  
figheraster@gmail.com

## Introdução

Este trabalho é uma produção do curso de pós-graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa Campus Jaguarão – RS. A pesquisa discute as práticas pedagógicas dos professores que atuam nas escolas multisseriadas de Caçapava do Sul, com o objetivo de contribuir no processo de construção do Projeto Político Pedagógico destas escolas.

Para isso, busco compreender o trabalho pedagógico dos professores nas escolas municipais multisseriadas de Caçapava do Sul e como está relacionado com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas do Campo.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. Os professores que atuam nas escolas do campo são os sujeitos da pesquisa e participam desta, através da aplicação de uma entrevista semiestruturada, como sujeitos de observações e protagonistas do/no processo de construção do Projeto Político Pedagógico das suas escolas.

Então, é necessário discutir as práticas pedagógicas das escolas multisseriadas do campo no município de Caçapava do Sul-RS, observando os aspectos quantitativos e qualitativos da prática pedagógica dos professores das escolas do campo. Através do diagnóstico será possível detectar os problemas e elaborar o projeto de intervenção.

## Fundamentação teórico-conceitual

A história da Educação Brasileira nos mostra que os trabalhadores do campo têm, ao longo do tempo, sido relegados a uma educação utilitarista e funcional ao modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista (GRITTI, 2002). Este processo contemporaneamente, vem sendo questionado e tensionado pelos movimentos sociais do campo e pelos sujeitos envolvidos. A escola não tem sido para todos. Contrariamente concluída apenas por uma minoria. O índice de abandono e repetência soma-se ao trabalho precoce, de muitas e muitas crianças em idade escolar.

No aspecto legal, atualmente, nenhuma criança em idade escolar pode ficar fora da escola. A Lei prevê que todas têm direito ao acesso e permanência nos estabelecimentos de ensino. Diz a Constituição Federal de 1988 no Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, que a educação, direito de todos do estado e da família, será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para ao trabalho, portanto, estabelece grandes responsabilidades para os estados e municípios. Juntos devem viabilizar o melhor para o Ensino Fundamental.

O grande problema da educação como um todo diz formar para a vida e ocultamente, vai selecionando as pessoas para serem incluídas ou excluídas. A cidadania só poderá ser constituída quando a educação respeitar as diferença do ser humano, construindo uma sociedade democrática e igualitária. (FREIRE, 1997)

Conforme Arroyo, (2004) existe uma tendência dominante em nosso País, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar almejado pela modernidade.

Ainda, para o mesmo autor, garantir que todas as pessoas do campo tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no campo é de fundamental importância. Como também, colocar em prática uma proposta de educação com uma estratégia específica de desenvolvimento para o campo, é um desafio.

Na letra da Lei encontramos escritas garantias para as especificidades de organização de escolas rurais, ou seja, na letra da lei no Art.28 diz que é possível a escola buscar uma organização própria.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I-conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às

condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O MEC (Ministério da Educação e Cultura) e o CNE (Conselho Nacional da Educação) vêm estabelecendo políticas públicas, por pressão e força dos movimentos sociais organizados, que propalam respostas às necessidades do campo. Pressuponho que estas leis e resoluções, podem abrir um importante caminho para uma educação democrática de qualidade para todos.

Contraditoriamente, à abertura prevista pela Lei, o que se vê na prática cotidiana é a implementação do controle do Estado sobre o ensino público, que estabelecendo um padrão nacional para o funcionamento das escolas sem prévia consulta da comunidade e dos sujeitos envolvidos homogeniza, desqualifica as singularidades que provém da especificidade da cultura dos diferentes grupos sociais. Contrariando na prática o que diz o Art.28 da LDB, o qual fundamenta a organização das escolas do campo.

O Conselho Nacional de Educação, através da resolução CND/CEB1, de 03 de Abril de 2002, institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básicas nas Escolas do Campo no Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, que garante às escolas uma gestão democrática, que pode vir a constitui-se em mecanismo que possibilite relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

A resolução CNE/CEB nº. 1, de 03/04/2002 estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas no Campo e reconhece que o campo deve ser considerado território de programação e investimentos técnicos e pedagógicos diferenciados, superando a cultura arraigada historicamente na sociedade brasileira que imagina o campo ou como espaço exótico ou ambiente marcado pelo atraso, por incapacidade natural de seus habitantes (ARROYO,2004).

Compreendendo que a participação do sujeito é fundamental para a nação que tem consciência de seu papel na construção da cidadania. A construção da igualdade social, a redução das desigualdades econômicas, a ampliação do espaço da cultura

nacional e o respeito à diversidade. O reconhecimento do direito à diferença e a ampliação do conceito de cidadania, não apenas vinculado aos que vivem na cidade. A educação aparece como um direito constitucional a ser assegurado a todos os brasileiros, como condições para a formação humana e para o exercício da democracia (ARROYO, 2004).

Para que se consiga efetivar as mudanças na educação e garantir uma aprendizagem de qualidade, aos filhos dos trabalhadores do campo, é preciso transformar. Entretanto, transformar concepções e mudar a prática exige muito estudo para fundamentar as atividades na escola, para conseguir entender e intervir na realidade, realizando a verdadeira leitura do mundo (FREIRE, 1997).

Nesta perspectiva, a escola passa a ser vista como um local real de construção de conhecimentos capaz de contribuir para desenvolver sujeitos comprometidos com a construção de uma sociedade melhor.

Entendo que se impõe pensar numa renovação pedagógica em busca de melhorias que atendam as necessidades de aprendizagem dos seus alunos e que possibilite a criança e o adolescente a desenvolver o seu potencial, a partir da realidade particular. Desta forma, impõe-se como necessária uma constante discussão e formação dos professores envolvidos no processo de ensinar e aprender.

Penso que assim, a escola se torna importante lugar para os filhos dos trabalhadores do campo. Portanto, rever sua estrutura pedagógica em termos de metodologia, avaliação, objetivos, técnicas e recursos que contribuam para desenvolver, nos alunos, o senso crítico, preocupando-se com o desenvolvimento integral dos mesmos, levando em consideração o meio rural em que se insere. Isto porque uma das características da educação rural é a sala de aula multisseriada com várias séries, uma organização que requer muita inovação no método de ensino. Classes multisseriada são heterogêneas e exigem práticas que atendam a alunos com diferentes características (HAGE, 2010).

O educador do campo precisa assumir uma postura comprometida e em defesa das pessoas e dos sujeitos que vivem única e exclusivamente do campo. Segundo a autora:

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. (CALDART, 2002, p. 20).

Os desafios dos educadores se agigantam frente às especificidades da Educação do Campo. Demanda uma luta incessante em defesa da igualdade de direitos à educação de qualidade, exigindo políticas específicas e afirmativas para os sujeitos do campo, considerando que estes possuem uma dinâmica diferenciada dos sujeitos urbanos. Historicamente, a educação para os sujeitos do campo tem sido marginalizada frente à inexistência de políticas públicas específicas. Porém, o que se vê são currículos essencialmente urbanos, totalmente contrários às necessidades e realidades do meio rural (CALDART, 2002).

Nesta mesma perspectiva, Gritti (2003) traz que: “a cultura reproduzida na escola é a cultura da classe social que detém o poder. A cultura rural não é considerada como cultura dominante, razão pela qual não figura no currículo” (p.133-134):

Desta forma, a escola, o currículo e os professores do campo refletem a realidade do urbano. Mas, os sujeitos do campo têm reagido. Procuram compreender a realidade rural e suas contradições e possibilidades. Emergem dos movimentos do campo e propõe uma nova proposta para estas escolas. Acredito que aliado a isso e a busca de interação com os movimentos sociais teríamos elementos importantes para lapidarmos questões relativas à escola.

Por isso os princípios da Gestão Democrática se tornam instrumento importante neste processo. Através da qual é possível viabilizar a participação efetiva, da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola.

O PPP segundo Veiga é uma proposta global de trabalho educativo da escola envolve os três eixos: administrativo, pedagógico e relacional. Este deve ser construído e vivenciado por todos os envolvidos no processo educativo da escola. Ele é político porque assume um compromisso com os interesses reais coletivos da comunidade. É pedagógico porque visa cidadãos conscientes críticos e atuantes na sociedade em que estão inseridos (VEIGA, 2004).

Ainda para a mesma autora, o PPP exercita a democracia com a participação ativa dos membros da comunidade na busca de alternativas e reflexões dos problemas da escola, preservando a totalidade, através da organização da escola como um todo.

A partir desta premissa a escola tem autonomia de construir através do PPP sua própria identidade. Para isso, o caminho está alicerçado no diálogo e na reflexão, tornando a escola um espaço público. Só assim acredito que a educação se constitua em um instrumento que transforme as pessoas contribuindo para transformar a sociedade.

Então cidadania só poderá ser compreendida a partir de uma educação que respeite as diferenças do ser humano. O que acredito levará a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

A participação da comunidade neste processo educativo é de fundamental importância, tendo em vista que todos têm condições de direito de descobrir novos caminhos. Somente através da ação conjunta da comunidade escolar é que podemos mudar os rumos sociais. Os sistemas de ensino asseguraram às escolas autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira.

### Fundamentação teórico-metodológica

Os professores que atuam nas escolas do campo foram os sujeitos da pesquisa, com a aplicação de uma entrevista semiestruturada. A entrevista foi gravada, dando

tempo necessário para que o entrevistado refletisse e relacionasse o assunto central da entrevista, registrando os aspectos explícitos e implícitos observados na prática educativa. Caracteriza-se como uma abordagem qualitativa

A pesquisa tem com objetivo diagnosticar a relação e a importância do PPP como instrumento de implementação de um novo projeto de educação nas escolas do campo uma vez que foi elaborado, pelas escolas, no ano de 2012. Com este intuito de implementar uma educação do campo nas escolas de Caçapava do Sul, a ideia era a de me apoiar nos princípios da pesquisa ação tanto para a elaboração do diagnóstico quanto para a intervenção ora proposta. Por entender que numa pesquisa ação desde a investigação é participante, pois quem pesquisa tem e mantém vínculo com os sujeitos. E por entender, também que esta pesquisa propicia uma interação dialética entre teoria e prática. Ainda porque valoriza os diferentes saberes e proporciona aos grupos populares compreenderem seus problemas e buscar alternativas para solucioná-las. Brandão afirma que:

Quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história. Antes da relação pessoal da convivência e da relação pessoalmente política do compromisso, era fácil e barato mandar que ‘auxiliares de pesquisa’ aplicassem centenas de questionários apressados entre outros que, escolhidos através de amostragens ao acaso ‘antes’, seriam reduzidos a porcentagens sem sujeitos ‘depois’. Isto é bastante mais difícil quando o pesquisador convive com pessoas reais e, através delas, com culturas, grupos sociais e classes populares. Quando comparte com elas momentos redutores da distância do outro no interior do seu cotidiano (1999, p. 12).

O projeto diagnóstico foi realizado nas classes multisseriadas da rede municipal de Caçapava do Sul-RS, tendo em vista que estou atuando como coordenadora das escolas do campo neste município, considerando pertinente um levantamento de dados referente ao objeto de estudo que são as práticas pedagógicas dos professores e os PPPs das escolas do campo.

No o desenvolvimento deste trabalho utilizo bibliografia correspondente à Educação do Campo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Diretrizes



Operacionais para Educação Básicas nas Escolas do Campo, dados estatísticos e documentos oficiais como Projeto Político Pedagógico das escolas Multisseriadas.

Durante o ano de 2013 realizei várias visitas as localidades conhecendo um pouco da realidade de cada comunidade escolar. Organizamos reuniões mensais, onde o diálogo esteve presente identificando com os pesquisados temas que consideram prioritários na busca de estratégias para solucionar os problemas. As reuniões eram mensais e tínhamos como pauta os assuntos que eram sugeridos pelos professores nas reuniões anteriores, através do “diário de campo” individual, onde era registrado o que os professores aprenderam o que queriam aprender, o que eles planejam fazer, comentários, dúvidas e uma avaliação de como foi a sua participação.

Durante as reuniões foram surgindo várias discussões e inquietações, onde os professores relatavam as dificuldades em trabalhar com várias turmas, com diferentes níveis de aprendizagem. Nos “diários de campo” os professores descreviam a necessidade de reconstruir uma proposta pedagógica que contribuísse com a prática pedagógica dos professores das turmas multisseriadas. De acordo com o autor o “diário de campo” é: “[...] é uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento profissional e do agir através de registros quantitativos e qualitativos” (LIMA, p. 3, 2007).

O diário de campo é um instrumento de pesquisa que foi utilizado durante as reuniões para registrar as situações vivenciadas, com o depoimento e observações das práticas pedagógicas dos professores. Este processo contribuiu para a organização e planejamento do projeto de intervenção, onde foi elaborado um roteiro de discussão flexível de acordo com os interesses pertinentes ao contexto.

Uma análise dos dados coletados nas entrevistas e observações, relacionando a concepção dos professores com o referencial teórico do presente trabalho. As entrevistas são redigidas com fidelidade à fala dos professores, utilizando-se letras para identificar os sujeitos da pesquisa, reservando o direito a preservação da identidade, previsto na ética de pesquisa.

Uma análise documental para traçar um perfil dos professores do campo, onde foi solicitada a permissão para a busca de documentos da Secretaria de Educação (SEDUC) e dos PPPs das escolas multisseriadas do campo. Através das observações foi realizado um levantamento da infraestrutura e do material didático utilizado nas escolas multisseriadas do campo. Analisei os quatro PPPs das escolas multisseriadas com um quadro de avaliação, onde constatei os itens que estavam ou não presentes nos projetos que seriam reavaliados, estabelecendo alguns critérios que foram: filosofia, concepções, objetivos, metas, estratégias, metodologias e avaliação nos PPP(s) das escolas do campo de Caçapava do Sul.

O projeto de intervenção foi elaborado coletivamente, articulando estratégias para reconstruir o PPP e melhorar a prática pedagógica dos professores das escolas multisseriadas. Uma das propostas do grupo é realização de reuniões itinerantes nas escolas do campo, para conhecer as diferentes realidades e experiências buscando lutas comuns e específicas de cada comunidade.

## Contextualização

O município de Caçapava do Sul possui seis distritos e neles estão distribuídas seis escolas multisseriadas, onde atuam 15 professores para um total de 131 alunos.

Cada distrito tem suas peculiaridades, alguns se destacam pela agricultura, outros pela pecuária, pela mineração e pelos pontos turísticos presentes em quase todos os distritos mostrando a diversidade econômica e a potencialidade a ser explorada.

Em decorrência dessas características, as escolas do campo estão inseridas e apresentam diferentes singularidades/realidades. Portanto, os alunos das escolas multisseriadas do campo são filhos de trabalhadores rurais, de trabalhadores assalariados da mineração, de trabalhadores assalariados nas propriedades das comunidades locais. Enfim, configura-se uma pluralidade de relações de trabalho.

Em 2005, foi elaborado um Projeto Político Pedagógico comum a todas as escolas do campo e uma reavaliação de um único regimento padrão que foi elaborado em 2001 com sugestões dos professores das escolas. Atualmente das seis escolas quatro tem PPP

e duas escolas o projeto está em construção, o regimento é único para todas as escolas do campo.

Do total de professores em atividade nestas escolas, somente uma professora permanece na escola durante a semana, retornando somente no final de semana para a cidade, por não haver transporte. A maioria dos professores mora na cidade e se deslocam para a escola no transporte escolar. Dos quinze professores somente quatro professores pertencem à comunidade escolar, onze moram na cidade.

As formas de lazer das comunidades não são muito diferenciadas, é comum participarem de torneios, reuniões dançantes, rodeios, carreiras, bingos. Os pais levam seus filhos nas atividades promovidas pela escola e nos eventos realizados nas comunidades vizinhas. Há diversas etnias nas escolas do campo deste município. Dentre esses grupos étnicos, destacam-se principalmente alemães, italianos e negros.

Existe CPM (Conselho de Pais e Mestres) em todos os estabelecimentos de Ensino das Escolas do Campo. Algumas escolas têm o Clube de Mães e o Conselho Escolar; estas entidades têm um bom relacionamento com os educadores e auxiliam nas decisões a serem tomadas.

#### **As condições materiais e de infraestrutura das escolas do campo:**

Quanto à instalação elétrica, todas as escolas possuem. Para atendimento da merenda escolar, apenas duas escolas possuem refeitório, nas demais os alunos são servidos na própria sala de aula. Algumas escolas não tem funcionária, a própria educadora é quem prepara a merenda, às vezes com auxílio das mães que realizam este trabalho voluntário.

O acervo bibliográfico precisa ser ampliado, os livros didáticos são escolhidos pelos professores, o pedido é enviado ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), o qual envia diretamente para as escolas durante o programa Nacional do Livro Didático e muitas vezes também são doados das escolas da Zona Urbana, onde possuem em grande quantidade.

Os educadores buscam sugestões de livros, revistas, fitas e outros materiais na Secretaria de Município da Educação e Cultura.

As escolas na sua maioria, em condições precárias quanto a sua estrutura, necessitam de reformas, ampliações e construções novas. As mesmas desenvolvem atividades preparando o educando na sua formação intelectual, pois os mesmos concluem o quinto ano e na maioria continuam seus estudos, nas escolas nucleadas do município. Alguns alunos que apresentam problemas de aprendizagem precisando de atendimento especial por parte de especialistas em educação nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e também existem casos de desinteresse por parte do aluno e da família.

Os professores da escola, no desenvolvimento do seu trabalho, dão ênfase aos conteúdos que julgam mais necessários a vida escolar do aluno, como leitura, produção de texto, conhecimentos matemáticos exercitando o raciocínio e valores sociais. As situações cotidianas são pouco valorizadas, devido à maioria dos professores morarem no urbano, apresentam dificuldade em trabalhar os conhecimentos que são significativos para o aluno.

Os Projetos Político Pedagógicos das escolas do campo apresentam a dimensão pedagógica, administrativa e financeira de forma clara, bem como as ações e estratégias para desenvolver o plano a curto, médio e longo prazo.

Consta um embasamento legal conforme a LDB 9394/96, a resolução CEB nº 01, de 03 de abril de 2003 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A Resolução CNE/CEB nº 4/ 2009, institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, dispondo, no art. 3º que a educação especializada se realize em todos os níveis, etapas e modalidades tendo este atendimento como parte integrante do processo educativo. Não consta no PPP a lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica e a lei nº 10.639/2003 que obriga ensino de história e cultura afro.

Na dimensão pedagógica consta o perfil do professor da escola do campo, relacionando os conteúdos ensinados, com o saber empírico do aluno, inserindo-o na

escola como uma dimensão do saber. Não como único e adequado o que levaria a discriminação desta comunidade rural, mas como um saber construído e que tenha eficácia própria na vida e no trabalho para os alunos. Ter uma visão crítica das atividades e procedimentos na sala de aula adotando uma postura de pesquisador, com conteúdos significativos para os alunos é a tarefa do educador rural. Para Veiga

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (p.13, 2004).

Consta nos PPP(s) a avaliação da proposta, assim como a avaliação dos alunos que é trimestral, com parecer descritivo e entendido como processo contínuo e cumulativo. Prevê a realização de práticas avaliativas, diagnósticas, investigativas, participativas, analisando o aluno de forma integral, levando em consideração sua bagagem cultural e as diferenças individuais. Ela é feita de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo, através das verificações dos conteúdos que estão sendo estudados. Avaliação formativa, que pretende acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos. Esta deveria ser feita através de observação diária, mas os professores ainda consideram a avaliação o resultado do processo, através de provas classifica e exclui os alunos.

Embora observando na escrita do PPP e nas falas dos professores, que os critérios usados para avaliar os alunos são o desempenho, a autonomia, o interesse, a responsabilidade, a atenção, o conhecimento da realidade, enfim, o aluno como um todo. Uma concepção ideal de avaliação no fazer cotidiano do processo de ensinar e aprender como também da avaliação, estes preceitos, idealizados, não se concretizam. O professor não leva em consideração o conhecimento, o saber que as crianças trazem de seu

contexto. Avaliam somente com testes, provas, competições e conhecimento adquirido em sala de aula.

Democratizando mais seus critérios de avaliação do saber, a escola deveria preocupar-se com preencher certas lacunas de experiências das crianças ajudando a superar obstáculos em seu processo de conhecer. É óbvio, por exemplo, que crianças a quem falta convivência com palavras escritas ou que com elas têm pouca relação, tenha mais dificuldades em passar da linguagem oral para e escrita (LUCKESI, 1999).

Na questão colocada de como o processo avaliativo deve ser realizado para levar o aluno a ter acesso ao conhecimento às opiniões se diversificaram e neste momento pode-se observar que a avaliação está ligada à prática do professor, pois eles colocaram suas opiniões de acordo com suas ações diárias como relataram alguns professores dizendo que consideram que o processo deve ser realizado em todos os momentos indo e voltando, de acordo com o ensinado como uma consequência de um trabalho em construção sem preocupação com a nota. Deve-se avaliar o aluno como um todo, favorecendo a ele bases sólidas para possíveis transformações futuras.

A avaliação na maioria das vezes tem sido usada como instrumento de punição, de seleção e até de exclusão do aluno quando na realidade deveria fazer parte do processo ensino-aprendizagem, com o papel de ajudar a achar saídas para as dificuldades dos alunos (LUCKESI, 1999).

No PPP os PCN(s) (Parâmetros Curriculares Nacionais) não aparecem explicitamente, mas são especificados nos Planos de Estudos em forma de conteúdos, habilidades e competências, não contemplando as especificidades das escolas do campo.

Observei que alguns ajustes poderiam ser feitos como acrescentar a metodologia desenvolvida pela Escola, como acontece os conselhos de classe e as normas de convivência que não constam nos PPP(s) das escolas.

Outra questão é a organização do tempo e espaço escolar; relacionar às concepções propostas para que não fiquem fragmentadas. Acredito que outras alterações poderão ser realizadas até o final do ano.

## Diagnóstico e Projeto de Intervenção

Baseado no objetivo específico da pesquisa realizei uma análise documental dos professores das escolas multisseriadas, nos seguintes aspectos: idade, sexo, nível de formação, tempo de exercício do magistério, permanência no ambiente escolar e local de residência dos professores da escola do campo de Caçapava do Sul.

Segundo a análise dos documentos fornecidos no setor pessoal da Secretaria de Educação do Município (SEDUC), torna-se possível formular algumas considerações sobre o estudo desenvolvido. Foi realizada uma pesquisa com quinze professores, sendo que 99% são do sexo feminino, somente um professor do sexo masculino. A maioria dos professores realiza formação continuada oferecida pela SEDUC durante o ano letivo.

Dos quinze professores, seis trabalham em mais de uma escola, isto é 40% dos professores trabalham em outra escola e 60% em uma escola. Este percentual é bastante elevado e dificulta para que o professor tenha um conhecimento da realidade em que está inserido e segundo o relato da maioria dos professores “*falta tempo para um melhor planejamento*”.

Quanto à faixa etária dos entrevistados tem-se que 27% pertencem à faixa etária entre 31 a 40 anos, 53% tem idade entre 41 a 50 anos e 20% tem idade entre 51 a 60 anos. Estes entrevistados trabalham em média 9 anos de serviço na escola.

Em relação ao nível de instrução tem-se que 60% concluíram o ensino superior e 40% após concluir sua formação superior implementaram-na com um curso de pós-graduação. Observa-se que o índice de formação dos professores das escolas do campo é considerado satisfatório sendo que a maioria são graduados e pós-graduados.

São várias as dificuldades das escolas do campo, entre elas está à distância das casas até a escola, infraestrutura inadequadas, participação dos filhos nas atividades laborais da família, descontinuidade na formação dos professores, ausência de biblioteca, distanciamento do mundo digital e do acesso à internet, transporte escolar precário, entre outros.

O Projeto de Intervenção visa, debater questões fundamentais a respeito ao PPP subsidiando as escolas para reconstruir seus PPP(s) contemplando uma nova forma de ver e fazer a educação no e do campo.

Este trabalho de pesquisa, que tem a intenção de continuar o diálogo e discussões iniciados na pesquisa diagnóstico, utilizando-se da metodologia denominada “roda de conversa”. Este procedimento encontra respaldo teórico em Paulo Freire (1997) que afirma que a essência da prática educativa problematizadora é o diálogo, onde através da palavra os sujeitos se humanizam. Com a intenção de formar sujeitos capazes de exercitar a leitura, atribuir significados, analisar suas práticas e discutir com os outros, sentimos a necessidade de atividades pedagógicas que contemplem a dialogicidade.

O projeto de intervenção prevê seis ações que serão desenvolvidas no início de abril de 2014 e finalizadas em agosto de 2014. A execução das ações será mediadora e caracterizada por uma relação dialógica para relato de experiências, debates, discussões possibilitando a construção de novas possibilidades e conhecimentos.

A proposta de intervenção sugerida pelos professores foi encontros mensais itinerantes nas escolas do campo, com “roda de conversa” para conhecer as diferentes realidades, práticas dos colegas, diálogos e debates sobre os temas propostos com o objetivo de buscar estratégias e reconstruir uma Proposta Pedagógica que atenda especificidades do campo.

A intervenção terá como fio condutor o PPP, interligados com cinco eixos temáticos: Contexto Escolar, Currículo, Práticas Pedagógicas, Gestão Democrática, Relações Interpessoais; serão conduzidos num processo dialógico e coletivo nas seis escolas multisseriadas.

Os professores serão os envolvidos diretamente no projeto de intervenção, mas a reconstrução do Projeto Político Pedagógico e a reflexão sobre a prática pedagógica, contam com a participação efetiva de toda a comunidade escolar.

A intenção é a reflexão/ação/reflexão, sobre as práticas pedagógicas e sua relação com os PPP(s) das escolas, buscando construir uma proposta pedagógica voltada para as especificidades das escolas do campo.



A Secretaria de Educação será parceira para desenvolver o projeto, fornecendo transporte para os professores até as localidades que serão visitadas e contribuirá também, na organização da Jornada Pedagógica das Escolas do Campo.

A avaliação será realizada durante as ações, através de “diário de campo” redigido pelos professores, com o objetivo de contemplar as necessidades dos sujeitos que participam do processo de intervenção.

Será incentivada durante os encontros a manifestação oral dos participantes “dando voz e vez” de expressar seus sentimentos, avaliando as questões em debate e redimensionando para as diferentes realidades, através da filmagem dos encontros será possível analisar as falas e monitorar como acontecerá o processo de reconstrução dos PPP(s).

A avaliação do projeto de intervenção será contínua e processual, com uma flexibilidade de temas no decorrer do processo, atendendo o interesse do coletivo. Durante o ano letivo serão realizadas visitas semanais nas escolas para avaliação e acompanhamento das atividades de intervenção, com registros no “diário de campo” do pesquisador. Com o objetivo de analisar o índice de participação dos professores, pais, alunos e funcionários, serão utilizadas listas de presença e atas para documentar os encontros.

## Referências

ANTUNES, Rocha Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. **Escola de Direito: Reiventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte. Autentica Editora, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do Campo)

ARROYO, Miguel Gonzalez, Roseli Salete Caldart, Monica Castagna Molina, (org.) **Por uma educação do campo**: – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo** / Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. – Brasília, DF: **Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo**, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Constituição. República Federativa do Brasil**. 1988. Ministério da Educação.

BRASIL. LDB, **Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

CALDART, Roseli S. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: **Educação do campo: identidade e políticas públicas** – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 13. ed. Rua de Janeiro, Paz e Terra. Coleção: O mundo, Hoje, v.21. 1983

GRITTI, Silvana Maria. **Educação rural e capitalismo**. Passo Fundo: UPF, 2003.

HAGE, Salomão M. ROCHA, Maria Isabel A. **Escola de Direito: reiventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. Coleção Caminhos da Educação do Campo.

LIMA, T.S.C.; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo**. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. 7, 2007.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. 9. Ed. São Paulo: Cortez; 1999.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo e programas no Brasil**. 18ª Ed. Campinas. São Paulo: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Currículo: Políticas e Práticas**. 13ª Ed. Campinas. São Paulo: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

\_\_\_\_\_. **Currículo: Questões Atuais** 18ª Ed. Campinas. São Paulo: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da E.M.E.F. Dona Teodora da Fonseca. 2012

\_\_\_\_\_ da E.M.E.F. Lino Azambuja Silveira.2012

\_\_\_\_\_ da E.M.E.F. São Judas Tadeu.2012

\_\_\_\_\_ da E.M.E.F. Padre Fidêncio.2012

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.(\*). **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.**

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: SP. Papirus, 2004.